



Revista Portuguesa de Estudos
Regionais

E-ISSN: 1645-586X

rper.geral@gmail.com

Associação Portuguesa para o
Desenvolvimento Regional
Portugal

dos Santos Gonçalves, Jaqueline; Salgueiro Chacon, Suely; Correia Bezerra, Fabiana;
Herculano Silva, Rebecca Isabelle

O "DECRESCIMENTO ECONÔMICO" ATRAVÉS DA RELOCALIZAÇÃO DA
PRODUÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA UM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Revista Portuguesa de Estudos Regionais, núm. 35, enero-abril, 2014, pp. 29-37

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional

Angra do Heroísmo, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514351881003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O “DECRESCIMENTO ECONÔMICO” ATRAVÉS DA RELOCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA UM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

THE “ECONOMIC DEGROWTH” THROUGH THE RELOCATION OF PRODUCTION AS A STRATEGY FOR REGIONAL DEVELOPMENT

Jaqueline dos Santos Gonçalves

jaqueline_goncalves@yahoo.com.br

Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Ceará, Campus Cariri – UFC.

Suely Salgueiro Chacon

suelychacon@gmail.com

Professora/pesquisadora da Universidade Federal do Ceará, Campus Cariri – UFC

Fabiana Correia Bezerra

fabibezerra@cariri.ufc.br

Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Ceará, Campus Cariri – UFC.

Rebecca Isabelle Herculano Silva

rebecaviolino@hotmail.com

Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Ceará, Campus Cariri – UFC.

RESUMO/ABSTRACT

O desenvolvimento econômico tem sido o “santo graal” da sociedade. Contudo, quando se revela difícil determinar a sua sustentabilidade, o questionamento desse desenvolvimento é inevitável. Logo, o interesse pela realização desse estudo deve-se ao processo de discussão sobre o desenvolvimento, cabendo neste momento refletir sobre uma nova consciência em prol da natureza e do próprio homem, com especial atenção ao conceito de decrescimento. Através de fontes bibliográficas foi possível analisá-lo como a mudança de paradigma econômico e revolução cultural necessária para a construção de uma nova sociedade, exigindo mudanças desde culturais até sociais para se rever o atual modelo de progresso. Assim, introduzir o decrescimento econômico através do parâmetro da relocalização da produção parece ser uma alternativa para essa mudança de paradigma no âmbito de um desenvolvimento regional duradouro.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Relocalização da Produção; Serge Latouche.

Códigos JEL: R11, F63, Q01, Q32, Q50.

Economic development has been the “holy grail” of society. However, when it is difficult to determine its sustainability, to question this development is inevitable. Thus, the interest in conducting this study is due to the process of discussing the development, fitting the moment to reflect on this new awareness for nature and man himself, with special attention to the concept of degrowth. Through literature sources, we could analyze it as a paradigm shift in the context of an economic and cultural revolution needed to build a new society. This demands the change of both cultural and social aspects in order to review the current model of progress. Thus, introducing the economic degrowth through parameter relocation of production shows up as a potential alternative to this paradigm shift within a durable regional development.

Keywords: Economic Development; Relocation of Production; Serge Latouche.

JEL Codes: R11, F63, Q01, Q32, Q50.

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre desenvolvimento econômico ampliou-se de maneira cíclica ao longo da história. Contudo, um dos desafios atuais é melhorar a compreensão das complexas interações entre humanidade e biosfera. E uma das noções importantes da discussão sobre o desenvolvimento emergiu da abordagem do ecodesenvolvimento, depois renomeada desenvolvimento sustentável e vem sendo aprimorada, mas está longe de ter suplantado as velhas visões sobre o desenvolvimento, uma vez que, ao buscar um desenvolvimento sustentável, se fala hoje em um desenvolvimento, sobretudo, capitalista sustentável. Na verdade, ao indagar sobre a questão básica de tal sustentabilidade, por vezes esse conceito corre o risco de ser tornar vazio, dando apenas legitimidade para a expansão insustentável do capitalismo (Stahel, 2001). Por isso a superação dos modelos de desenvolvimento exige uma revisão da mudança econômica de longo prazo, uma vez que aborda um desenvolvimento em um contexto de possibilidades limitadas. E, se o desenvolvimento é um fenômeno único na história, uma alternativa sólida para ele tem de ser procurada (Cavalcanti, 2001).

É nesse contexto em que as ideias de Serge Latouche se inserem como uma verdadeira crítica à sociedade do crescimento pelo crescimento. De um sistema baseado na desmedida que nos conduz ao impasse, nas palavras de Latouche (2009: XIV) “um crescimento infinito é incompatível com um mundo finito e que tanto nossas produções como nossos consumos não podem ultrapassar as capacidades de regeneração da biosfera”.

Portanto, o conceito de decrescimento econômico tem como base a mudança de paradigma econômico a partir da lógica do crescimento, que por sua vez deve ser substituído por um decrescimento sereno, convivial e sustentável. Para tanto o autor sugere tal mudança através da articulação sistemática de oito parâmetros que mutualmente se reforçam num “círculo virtuoso” de oito “erres” capazes de desencadear esse processo (Latouche, 2009).

Logo, em um contexto de desenvolvimento regional sustentável, torna-se necessário observar o parâmetro da realocação. Para Latouche (2009) esse “erre” ocupa um lugar central nesse projeto de sociedade, pois a realocação busca renovar a velha concepção dos ecologistas de “pensar globalmente, agir localmente”, propondo assim, no decrescimento, uma inovação política e uma autonomia econômica sobretudo local.

Em outras palavras, a realocação da produção implicará uma busca da autossuficiência, sobretudo alimentar, depois econômica e financeira. Mantendo e desenvolvendo atividades básicas em cada região (Latouche, 2009), incentivando assim o comércio e o desenvolvimento regional, mostrando que é possível uma organização local e uma melhoria da qualidade de vida na sociedade “que haverão de conjugar-se em formas solidárias na construção de outro mundo” (Leff, 2001: p. 129).

2. PARTE EXPERIMENTAL

O interesse pela realização desse estudo deve-se ao processo de mudança nos conceitos de desenvolvimento ao longo da história, cabendo neste momento uma reflexão sobre o surgimento de uma nova consciência em prol da natureza e do próprio homem. Nesse sentido, o trabalho objetiva apresentar o parâmetro da realocação da produção, à luz do conceito de decrescimento econômico, como estratégia para um desenvolvimento regional sustentável.

Para embasar teoricamente o trabalho, efetuou-se a princípio um levantamento das fontes bibliográficas que contribuíram para aumentar a literatura a respeito do conceito histórico de desenvolvimento, bem como do conceito de decrescimento econômico com especial atenção ao parâmetro da realocação da produção, seguida de uma leitura atenta, crítica, analítica e interpretativa que buscou respaldo em contribuições teóricas representativas de uma expressiva contribuição científica. Recorreu-se, ainda, à fontes adicionais – não menos importantes –, como publicações da área na Internet, além de documentários e entrevistas relacionadas com o assunto.

A referida pesquisa é classificada como sendo de natureza qualitativa, pois busca compreender as diversas conceituações de desenvolvimento ao longo da história procurando apresentar o conceito de decrescimento econômico sustentável como utopia capaz de mudar o paradigma econômico de uma região através da realocação da produção. A pesquisa é de tipo descritivo, pois visa apenas descrever a realidade a respeito do tema já citado.

Enfim, a pesquisa tem uma finalidade básica, pois não visa aplicabilidade imediata, objetivando apenas um estudo aprofundado do tema proposto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento econômico tem-se configurado como a mola propulsora da sociedade. Nesse sentido pode-se observar que existem diferentes correntes de pensamento econômico, uma que considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento e outra que entende que o crescimento é condição indispensável, mas não suficiente, para o desenvolvimento (Souza, 2008).

Sachs é um dos pensadores que considera que o desenvolvimento é distinto do crescimento econômico, pois “os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza” (Sachs, 2004: 13). Para tanto, afirma que:

“No contexto histórico em que surgiu, a ideia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres” (Sachs, 2004: 13).

Segundo Celso Furtado, num de seus derradeiros pronunciamentos, “só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deve confundir com crescimento econômico [...] – ali onde existir um projeto social subjacente” (*apud* Sachs, 2010: 9). Existem ainda correntes que consideram o desenvolvimento uma simples ilusão, no sentido estrito da acumulação de riqueza.

Baseado nessa ilusão, Furtado (1974, *apud* Veiga, 2010: 28) diz que, graças a essa ideia, “tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre aos homens o avanço da ciência”.

Contudo, percebe-se que, na maioria dos discursos, o desenvolvimento sempre foi vinculado ao crescimento, constituindo uma ideia paradigmática na racionalidade moderna. E, nessa questão, Leff (2001) reflete que a degradação ambiental se apresenta como um sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo predomínio do modelo de modernidade regido pela razão tecnológica sobre a natureza.

Nesse sentido, Sachs (2010: 10) sintetiza que o desenvolvimento “não pode se limitar unicamente aos aspetos sociais e sua base econômica [...]”, pois há uma condicionalidade ambiental que é preciso respeitar. Assim, seguindo Gonçalves (2002), no final da década de 1960 assistiu-se a um crescimento dos movimentos sociais que criticavam não exclusivamente o modo de produção, mas essencialmente o modo de vida da humanidade.

A degradação ambiental, o risco de um colapso ecológico e o avanço das desigualdades (culturais, sociais, econômicas) são sinais incontestáveis da crise civilizacional do mundo globalizado, a qual alcança seu momento culminante na modernidade, cujas origens remetem para a concepção de mundo que serviram de base à civilização Ocidental (Leff, 2001). “Podríamos decir que con la sociedad de crecimiento estamos montados en un bólido que, claramente, ya nadie piloto, que va a toda velocidad, y cuyo destino es chocar contra un muro o caer por un precipicio” (Latouche, 2010).

Nesse momento, Latouche (2009) vem lembrar que a sociedade já está a par da situação de “barbárie” desde a publicação de *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, de 1962, e que se reafirmou no Relatório do Clube de Roma, *Os Limites do Crescimento*, em 1972, prevenindo para que “a busca indefinida do crescimento era incompatível com os “fundamentos” do planeta” (2009: XII). Até se chegar à discussão da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento pelas Nações Unidas, que ficou conhecida como Comissão de Brundtland (Camargo, 2010).

Nesta ocasião se definiu sobretudo o conceito de desenvolvimento sustentável, “que incorpora o espírito ecológico de responsabilidade comum no processo de desenvolvimento econômico praticado até então” (Fogliatti *et al.*, 2008: 11). Nas palavras de Veiga (2010), a publicação do Relatório de Brundtland “forneceu uma baliza internacional sem dúvida mais precisa que as tentativas precursoras”.

Contudo, até então, segundo Brüseke (2001), o conceito de desenvolvimento sustentável tem uma concepção

extremamente positiva, que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. No entanto, conforme Lemos (2008: 48), “o desenvolvimento só pode ser sustentável se estiver baseado em pessoas e tendo-as como primeiro referencial”.

Neste caso, para ser sustentável, o sistema econômico precisa de um apoio estável; para tanto, as taxas de regeneração e absorção da biosfera devem ser respeitadas, caso contrário só restará ao processo econômico a insustentabilidade (Cavalcanti, 1997).

“De fato o desenvolvimento não pode ser mais considerado como uma obra desprovida de algum limite físico – tal como o definido pelas noções de matéria e energia, governadas como o são pelas implacáveis leis da natureza. Mas em que medida o desenvolvimento pode realmente ser sustentável? Não seria mais apropriado abandonar-se a ideia do desenvolvimento e buscar-se uma nova forma de evolução do sistema econômico dentro dos confins fixados pelas leis da termodinâmica? (Cavalcanti, 2001: 154).

Com base na segunda lei da termodinâmica, Georgescu assinala que “as atividades econômicas gradualmente transformam energia em formas de calor tão difusas que são inutilizáveis” (Veiga, 2010: 111). Ou seja, a energia passa da condição de disponível para a de não-disponível, uma vez que a humanidade tira da natureza os elementos de baixa entropia que não permitem compensar a alta que ela causa. Portanto, foi através da Lei da Entropia que Georgescu-Roegen percebeu que até então a economia excluía a irreversibilidade do tempo, ou seja, a não-reversibilidade das transformações da energia e da matéria. “Não pode mais produzir geladeiras, carros ou aviões a reação “melhores e maiores” sem produzir também resíduos “melhores e maiores” (Georgescu-Roegen (1994: 63, *apud* Latouche, 2009: 15).

Portanto, disso decorre uma “impossibilidade de um crescimento infinito num mundo finito e a necessidade de substituir a ciência tradicional por uma bioeconomia, ou seja, pensar a economia no seio da biosfera” (Latouche, 2009: 15-6). Logo, para Georgescu-Roegen (1976, *apud* Veiga, 2010: 112), “em algum momento do futuro, a humanidade deverá apoiar a continuidade de seu desenvolvimento na retração, isto é, com o decréscimo do produto. O oposto do sucedido nos últimos dez mil anos”.

Conclui-se, portanto, que o paradigma econômico dominante de desenvolvimento, entendido como a ênfase dada aos aumentos de produtividade e ao crescimento, sobretudo nas sociedades industriais, enfrenta fatores limitantes da sua manutenção. Veiga (2010) observa que, seja qual for o resultado de toda essa colossal polêmica, o que é evidente é que as medidas de crescimento adotadas pelo homem não estão em vias de conciliação com a conservação da natureza, e que essa ação não é algo que se possa conseguir a curto prazo.

Logo, é preciso observar o desenvolvimento sob um novo paradigma econômico, que exigirá mudanças cultu-

rais, estruturais, políticas, econômicas e, sobretudo, sociais; revendo, portanto, de maneira profunda o atual modelo de progresso de uma sociedade do crescimento perpétuo. Isso configura algumas das ideias que propõe Serge Latouche em suas contribuições acerca do desenvolvimento.

De acordo com Latouche (2009), a sociedade atual partiu de uma sociedade englobada por uma economia cuja finalidade é apenas o crescimento pelo crescimento. Nesse ponto, Leff (2001) acredita que a fatalidade consiste na negação das causas da crise socioambiental e na obsessão pelo crescimento que ultrapassa os fins da racionalidade econômica. Para tanto, Baudrillard (1993: 31-32, *apud* Leff (2001: 23-24) considera que:

“Somos governados não tanto pelo crescimento quanto por crescimentos. Nossa sociedade está fundada na proliferação, num crescimento que prossegue apesar de não poder ser medido por nenhum objetivo claro. Uma sociedade excrescente cujo desenvolvimento é incontornável, que ocorre sem considerar sua autodefinição, onde a acumulação de efeitos anda a par do desaparecimento das causas. O resultado é um congestionamento sistêmico bruto e uma disfunção causada por [...] um excesso de imperativos funcionais, por uma espécie de saturação. As próprias causas tendem a desaparecer, a tornar-se indecifráveis, gerando a intensificação de processos que operam no vazio. Na medida em que existe uma disfunção do sistema, um desvio das leis conhecidas que governam sua operação, existe sempre a perspectiva de transcender o problema. Mas quando o sistema se precipita sobre seus pressupostos básicos, ultrapassando seus próprios fins a ponto de não poder encontrar nenhum remédio, então não estamos diante de uma crise, mas de uma catástrofe de sua inércia absoluta”.

Leff (2001) faz uma comparação deste momento, de abismo entre o mundo finito, acabado e cercado por seu conhecimento de si e pelo saber especulativo do mundo novo, com o mundo fechado da Idade Média e a abertura ao universo “infinito” da modernidade. E, nesse contexto, o conceito de decrescimento surge como forma de enfatizar o abandono pelo crescimento ilimitado, “cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e, portanto, para a humanidade” (Latouche, 2009: 4).

Segundo Latouche (2009: 4), o decrescimento “é um *slogan* político com implicações teóricas”; é, sobretudo, provocador para “salir de esa mecánica infernal” (Latouche, 2004), ou seja, “que intenta romper con el discurso eufórico del crecimiento viable, infinito y sostenible. Intenta demostrar la necesidad de un cambio de lógica” (Latouche, 2010), “que visa acabar com o jargão politicamente correto dos dragados do produtivismo” (Latouche, 2009: 4). Não é uma ideia perversa, sem nenhuma virtuosidade.

Diante disto, Latouche (2009, 26) observa a sabedoria do caracol, que ensina não somente a necessária lentidão, mas uma lição ainda mais indispensável, mostrando “o ca-

minho para se pensar uma sociedade de ‘decrescimento’, se possível sereno e convívio”. A saber:

“O caracol constrói a delicada arquitetura de sua concha adicionando, uma após a outra, espiras cada vez mais largas e depois cessa bruscamente e começa a fazer enrolamentos agora decrescentes. Isso porque uma única espira ainda mais larga daria à concha uma dimensão dezasseis vezes maior. Ao invés de contribuir para o bem-estar do animal, ela o sobrecarregaria. A partir de então, qualquer aumento de sua produtividade apenas serviria para paliar as dificuldades criadas por esse aumento do tamanho da concha para além dos limites fixados por sua finalidade. Passando a ponto-limite de alargamento das espiras, os problemas do excesso de crescimento multiplicam-se em progressão geométrica, ao passo que a capacidade biológica do caracol pode apenas, na melhor das hipóteses, seguir uma progressão aritmética” (Latouche, 2009: 26).

No entanto, o crescimento econômico abraçou a razão geométrica para continuar persistindo com taxas de crescimento cada vez mais elevadas; nesse ponto é válido refletir: “Se o crescimento produzisse mecanicamente o bem-estar, deveríamos viver hoje num verdadeiro paraíso” (Latouche, 2009: 25), tendo em vista as taxas de crescimento praticadas por diversos países. No entanto, “o que nos ameaça é bem mais o inferno” (2009: 25), a saber:

“Si la felicidad dependiera del nivel de consumo, deberíamos ser absolutamente felices, porque consumimos 26 veces más que en tiempos de Marx. Pero las encuestas demuestran que la gente no es 20 veces más feliz, porque la felicidad es siempre subjetiva” (Latouche, 2010).

Sob uma outra ótica, Latouche (2009) propõe o decrescimento como o abandono da fé ou da religião da economia, do progresso e do desenvolvimento, da mesma forma como a palavra “a-teísmo” é usada; nesse caso, conviria denominar o decrescimento em termos teóricos como “a-crescimento”, no sentido de rejeitar o culto irracional e idólatra do crescimento pelo crescimento. Conciliar crescimento econômico e sustentabilidade é uma tarefa impossível; portanto, “é preciso renunciar ao crescimento enquanto paradigma ou religião”, uma vez que, nas palavras de Latouche (2010):

“Vivimos en una sociedad de crecimiento cuya lógica no es crecer para satisfacer las necesidades, sino crecer por crecer. Crecer infinitamente, con una producción sin límites. Y, para justificarlo, el consumo debe crecer sin límites”.

Vale lembrar que, embora o termo “decrescimento” seja muito recente aos debates econômicos, políticos e sociais, suas ideias não são novas. O fracasso do desenvolvimento no Sul e as perdas de referência no Norte fizeram

com que pensadores como Cornelius Castoriadis e Ivan Illich questionassem a sociedade de consumo e sua base imaginária fundamentada no progresso, na ciência e na técnica. Em resultado, pesquisas para um “após-desenvolvimento” foram lançadas, bem como foi aceita uma tomada de consciência da crise ambiental, pois “a sociedade de crescimento não só não é desejável, como não é sustentável!” (Latouche, 2009: 13).

Paradoxalmente, o decrescimento teve suas primeiras implicações nascidas no Sul, mais particularmente na África. Contudo, devido aos problemas ambientais e ao crescimento da globalização, esse tema teve maiores repercussão e aprofundamento nas economias e sociedades do Norte. Uma vez que a farsa do desenvolvimento sustentável diz respeito tanto ao Norte como ao Sul, “e os perigos do crescimento já são planetários. Foi assim que nasceu a proposição do decrescimento” (Latouche, 2009: 79-80).

Latouche (2010) chama a atenção para que “o projeto de uma sociedade de decrescimento é radicalmente diferente do crescimento negativo”, pois isso apenas justificaria a dominação do imaginário do crescimento através do oxímoro absurdo (à letra: “avançar recuando”). A mera diminuição da velocidade do crescimento levaria a sociedade mundial a mergulhar na incerteza, acarretando a diminuição do mínimo indispensável à qualidade de vida; uma taxa negativa de crescimento provocaria o aumento das taxas de desemprego, abandono de projetos sociais, sanitários, educativos, culturais e ambientais. Como não existe “nada pior que uma sociedade trabalhista sem trabalho”, é ainda pior “uma sociedade de crescimento na qual não há crescimento” (Latouche, 2009: 5). Contudo, essa condição é a que se faz presente caso não se mude de trajetória.

“Por todas essas razões, o decrescimento só pode ser considerado numa ‘sociedade de decrescimento’, ou seja, no âmbito de um sistema baseado em outra lógica. Portanto, a alternativa é efetivamente: decrescimento ou barbárie!” (Latouche, 2009: 5).

Esse pânico que seria gerado pela simples ideia de um crescimento negativo causa desespero nas sociedades de crescimento, porque, segundo Latouche (2004), em entrevista extraída do documentário “La Terre Vue du Ciel” (“A Terra Vista do Céu”), de Renaud Delourme, a sociedade moderna acredita que o crescimento é algo ilimitado. Contudo:

“Es este lado ‘ilimitado’ lo que supone un problema, porque creemos que es razonable – por ejemplo cuando tenemos un déficit alimentario, o de cualquier cosa, de agua, etc – forzarse a resolver este déficit, es decir, hacer crecer la cantidad de alimentos o de agua disponibles, en último término hacer crecer la salud, etc, hasta un cierto punto. Pero, hemos hecho del crecimiento una especie de ‘fetiché’ y se ha convertido en un poco ‘todo y cualquier cosa’, incluyendo el crecimiento de la contaminación, de las enfermedades, del envenenamiento, etc. por estas razones es un concepto

perverso, porque en realidad es incocebible que, en un mundo finito, pueda haber un crecimiento infinito”.

O excessivo crescimento econômico colide com a finitude da biosfera. “A capacidade regeneradora da Terra já não consegue mais seguir a demanda: o homem transforma os recursos em rejeitos mais rapidamente do que a natureza consegue transformar esses rejeitos em novos recursos” (Latouche, 2010). Segundo Capra (1996, *apud* Lemos 2008) esse excesso de consumo/produção, em conjunto com a preferência pela alta tecnologia, só cria quantidades ainda maiores de coisas inúteis, que para serem fabricadas exigem quantidades gigantescas de energia, sobretudo não renováveis e derivadas de combustíveis fósseis; ora, com o declínio destes, a própria energia tende a tornar-se um recurso escasso e dispendioso. No entanto, os processos de produção fazem o caminho inverso e aumentam ainda mais a exploração. Logo, estes fatos “podem vir a causar perturbações ecológicas e um sofrimento humano sem precedentes” (2008: 52).

Contudo, Victorino (2000) reflete que os recursos da Terra são suficientes para atender às necessidades de todos os seres vivos do planeta... Se forem manejados de forma eficiente e sustentados. A alta produtividade, a tecnologia moderna e o desenvolvimento econômico podem e devem coexistir com um meio ambiente saudável. A chave para isso está, entre outros aspetos, na participação, na organização, na educação e no fortalecimento das pessoas como cidadãos (elementos presentes no discurso do decrescimento).

Portanto, a proposta do decrescimento supõe que os atrativos de uma sociedade convivial combinada com o peso das exigências de mudança podem favorecer essa “descolonização do imaginário” e suscitar suficientes comportamentos “virtuosos” a favor de uma solução racional (Latouche, 2009).

Latouche (2009) caracteriza de forma bem realista o projeto do decrescimento como uma utopia, do ponto de vista da esperança e do sonho intrínseco. Longe do refúgio irreal, explora suas possíveis aplicações, configurando-se numa “utopia concreta”, pois “sem a hipótese de um outro mundo ser possível, não há política, há apenas a gestão administrativa dos homens e das coisas” (Decrop, s.d: 81, *apud* Latouche, 2009: 40-41).

Contudo, o projeto de decrescimento é revolucionário, seja através de mudanças de cunho cultural ou de estruturas jurídicas e de produção. “Tratando-se de um projeto político, sua aplicação obedece mais à ética da responsabilidade do que à ética da convicção” (Latouche, 2009: 92).

De acordo com Latouche (2009), por conseguinte, essa revolução exigida para construir a sociedade do decrescimento pode ser representada pela articulação sistemática de oito mudanças que mutualmente se reforçam sintetizadas num “círculo virtuoso” de oito “erres”: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, relocalizar, reduzir, reutilizar, reciclar. Oito objetivos capazes de desencadear “um processo de decrescimento sereno, convivial e sustentável” (2009: 42). Explicitando:

“Reavaliar: Vivemos em sociedades que repousam sobre velhos valores ‘burgueses’, [...] [onde] a única coisa que conta é a quantidade de dinheiro que você embolsou, [...] [que] revelam ‘uma megalomania individualista, uma recusa da moral, um gosto pelo conforto, um egoísmo’ (CASTORIADIS, 1996, p. 220). [No entanto,] o altruísmo [é que] deveria prevalecer sobre o egoísmo, a cooperação sobre a competição desenfreada, o prazer do lazer e o *ethos* do jogo sobre a obsessão do trabalho, a importância da vida social sobre o consumo ilimitado, o local sobre o global, a autonomia sobre a heteronomia, o gosto pela bela obra da eficiência produtivista, o sensato sobre o racional, o relacional sobre o material etc.; **Reconceituar:** A mudança de valores acarreta outro olhar sobre o mundo e, portanto, outra maneira de apreender a realidade. Reconceituar, ou redefinir/redimensionar, impõe-se, por exemplo, para os conceitos de riqueza e pobreza, mas também para o par infernal escassez/abundância, fundador do imaginário econômico e que urge desconstruir. [...]; **Reestruturar:** Adaptar o aparelho produtivo e as relações sociais em função da mudança de valores. [...] É a orientação para uma sociedade de decrescimento [...] e a da transformação de um aparelho produtivo que tem de se adaptar à mudança de paradigma; **Redistribuir:** Compreende a distribuição das riquezas e o acesso ao patrimônio natural, tanto entre o Norte e o Sul como dentro de cada sociedade, entre as classes, as gerações e os indivíduos. [...] [Tendo] um duplo efeito positivo sobre a redução do consumo. Diretamente, reduzindo o poder e os meios da ‘classe consumidora mundial’ e [...] indiretamente, diminuindo a incitação ao consumo ostentatório; **Relocalizar:** Produzir localmente, no que for essencial, os produtos destinados à satisfação das necessidades da população, em empresas locais financiadas pela poupança coletada localmente. Toda produção que possa ser feita em escala local para necessidades locais deveria, portanto, ser realizada localmente” (Latouche, (2009: 43-49).

Em síntese, esses parâmetros tão necessários à sociedade de decrescimento atuam, sistematicamente: na reavaliação dos valores morais e éticos praticados em sociedade, levando o homem a repensar as suas conquistas; na reconceituação de concepções econômicas direcionadas para as ideias de riqueza e pobreza, escassez e abundância dogmatizadas pelos princípios da dominação da natureza e da sua mercantilização; na reestruturação do aparelho produtivo mediante as mudanças de valores em caráter sistêmico, ao passo em que essa transformação orientaria para a adaptação da sociedade ao novo paradigma do decrescimento; na redistribuição das riquezas e do patrimônio natural entre as sociedades, de forma a garantir os mesmos direitos sobre o consumo, neste caso reduzido, e dos recursos naturais, amenizando a “dívida ecológica” entre os países; na relocalização das produções de artigos

destinados a uma população com necessidades que podem ser atendidos por empresas locais. No decrescimento, ao contrário das ideias que devem ignorar fronteiras, os capitais e as mercadorias deveriam ser limitados às de cada um (Latouche, 2009). Contudo, pode-se perceber que a união desses objetivos e a sua atuação em conjunto são, mais que complementares, essenciais.

Nesse sentido, de acordo com Cortez (2009), não se terá um futuro minimamente aceitável sem uma profunda revisão dos conceitos, fundamentos e modelo da economia. E esta revisão não acontecerá sem uma clara compreensão das responsabilidades que cada ser humano tem em termos de cidadania planetária.

No tocante a reconceituar, Leff (2001) acredita que, quando se fala em ética, sobretudo, a ambiental, ela revela uma resistência frente à descrença e à desmoralização deixados pelo desmoronamento das ideologias modernas e pela perda de sentido do pensamento da pós-modernidade.

No pensamento de Gandhi, sublinhado por Sachs (2009), também há um lugar predominantemente ocupado pelo problema da ética. A esse respeito, Gandhi leva a preocupação com a ética até ao ponto de perder de vista o próprio conceito de produtividade: o que é levado em consideração são os serviços que os homens prestam uns aos outros. Gandhi visava ainda outros preceitos contidos na obra de Latouche, como:

“[...] Reestabelecer a confiança dos aldeões em si mesmos, restituir-lhes a dignidade, inculcar o gosto pela ação cívica, cotidiana, modesta mas eficaz, ensinar-lhes a se servirem dos meios à mão. Em suma, [...] Gandhi recusava submetê-lo (o indivíduo) à tirania das necessidades incessantemente crescente e à corrida aos bens materiais” (Sachs, 2009: 258).

Contudo, tendo em vista a necessidade dos oito processos proposta por Serge Latouche para o desenvolvimento de uma sociedade de decrescimento sereno, convivial e sustentável, os três últimos “erres” tão discutidos, sobretudo pelos ecologistas, são indispensáveis em qualquer conjunto de interação humana que almeja viver em um planeta futuro com condições naturais de sobrevivência. São eles: reduzir, reutilizar e reciclar:

“Reduzir: Diminuir o impacto sobre a biosfera de nossos modos de produzir e de consumir, [...] limitar o consumo excessivo e o incrível desperdício de nossos hábitos. Outras reduções são desejáveis, desde a dos riscos sanitários até à dos horários de trabalho. [...] Outra redução necessária: o turismo de massa. [...] Temos de reaprender a sabedoria dos tempos passados: desfrutar da lentidão, apreciar nosso território. [...] Reduzir o tempo de trabalho [elemento essencial] [...] trata-se por certo de distribuir o trabalho para que todos os que assim quiserem possam ter um emprego; **Reutilizar/Reciclar:** Nenhuma pessoa de bom senso contesta a necessidade de reduzir o desperdício desenfreado, de

combater a obsolescência programada dos equipamentos e de reciclar os resíduos não reutilizáveis diretamente” (Latouche, 2009: 49-54).

Muitos autores observam a necessária redução dos fatores que contribuem para o agravamento da crise ambiental. Lemos (2007) afirma que reduzir a poluição por meio do uso racional de matéria-prima, água e energia representa uma opção ambiental e econômica de bom senso. Eliminar os desperdícios implica em maior eficiência no processo industrial e menores investimentos nas soluções de problemas ambientais.

Segundo Victorino (2000), uma maneira de preservar a natureza e conter o consumo da matéria-prima é incentivar o uso de recursos renováveis como a celulose, o ferro e outros metais, além de permitir a sua reciclagem e uma produção menor de lixo permanente.

De um modo geral, esses três últimos objetivos destacados, concentrados nas ações necessárias para a sociedade do decrescimento, atuam da seguinte forma: na redução dos impactos ambientais gerados pelo superconsumo praticado, que geram desperdícios desnecessários, bem como na desmistificação dos desejos de dominação de territórios mascarados pela vontade de viajar, que acarreta um consumismo quilométrico, por vezes disfarçado sob o álibi do “ecoturismo”, e na redução da jornada do trabalho, elemento essencial também na luta contra o desemprego; na reutilização e na reciclagem de produtos que, quando não podem ser reutilizados, podem ser reciclados, combatendo deste modo o desperdício de recursos e a obsolescência programada neles existente.

Logo, fica clara a atuação em conjunto desses objetivos, sobretudo para desenhar a construção de um funcionamento ideal, o qual pode ser concretizado baseado em dados existentes e evoluções realizáveis. “No centro do círculo virtuoso da revolução cultural dos oito ‘erres’ está um ‘erre’ que pode ser encontrado em cada um deles: resistir” (Latouche, 2009, 58). Resistir à “engrenagem da acumulação ilimitada e evitar o ciclo infernal das necessidades e da renda” (2009: 117-118).

Sobre a concepção de uma sociedade do decrescimento de forma utópica concreta, através das mudanças sistêmicas do “círculo virtuoso” dos oito “erres”, Latouche (2004) faz um resumo de suas ideias na seguinte passagem:

“Concretamente, una sociedad de decrecimiento se basaría, de entrada, en un cambio de imaginario, un cambio de valores, ya que la sociedad de crecimiento se basa sobre un número de creencias. La creencia de que el hombre debe siempre producir para consumir más, y esto para producir más etc; que debemos trabajar siempre más, para producir más, para consumir más, para ganar más. Se necesita todo un cambio de valores y mentalidad que debe llevarnos a otros objetivos, una revalorización de los aspectos no cuantitativos, no mercantiles, de la vida humana. Descubrir otras formas de riqueza que no sean la económica o mercantil, y en particular la riqueza de relaciones, las relaciones más fuertes en el seno de la familia, con sus amigos, con los otros, vivir mejor en sociedad. Eso es mucho más importante que consumir más aparatos. Reestructurar el aparato productivo, evidentemente, en función de otras formas de producción, porque lo esencial para el planeta es reducir lo que los especialistas llaman ‘huella ecológica’”.

Contudo, o objetivo da “boa vida” pode ser expresso conforme os contextos, ou seja, trata-se de reconstruir e/ou resgatar novas culturas, seja nas sociedades do Sul, que se defronta com inúmeros obstáculos, na aplicação desse programa societal, ou no Norte ainda resistente (Latouche, 2009). Para tanto, em um contexto de desenvolvimento regional sustentável, torna-se necessário observar o parâmetro da relocalização, e para Latouche (2009) esse “erre” possui um lugar central nesse projeto de sociedade: a relocalização, que busca renovar a velha concepção dos ecologistas do “pensar globalmente, agir localmente”, propondo assim, no decrescimento, uma inovação política e uma autonomia econômica, sobretudo, local.

Sobre a relocalização, Latouche (2009) considera a visão de alguns autores que discutem esse assunto:

QUADRO 1. A RELOCALIZAÇÃO NA CONCEÇÃO DE DIVERSOS AUTORES

Autores	Consideração
Alberto Magnaghi	Não é totalmente absurdo pensar que uma sociedade ecológica possa ser constituída por uma municipalidade de pequenas municipalidades, cada uma das quais formada por uma “comuna de comunas” menores [...] em perfeita harmonia com o seu ecossistema.
Gustavo Esteva	A reconquista ou a reinvenção dos <i>commons</i> (bens comunais, bens comuns, espaço comunitário) e a auto-organização de “biorregiões” constituem uma ilustração possível dessa postura.
Paola Bonora	O que conta é a existência de um projeto coletivo enraizado num território como lugar de vida em comum e que, portanto, deve ser preservado e cuidado para o bem de todos. Embora profundamente enraizado, esse projeto local não é nem fechado, nem egoísta, pressupondo, pelo contrário, aberturas e uma ideia generosa do dar e do acolher.
Carta del Nuovo Município (Itália)	Trata-se de um projeto político que valoriza os recursos e as especificidades locais, estimulando processos de autonomia consciente e responsável e recusando a condição externa (heterodireção) da mão invisível do mundo planetário.

Fonte: LATOUCHE, 2009.

Diante disto, Latouche (2009: 64) sintetiza então a ideia do pensar local:

“Nessa perspectiva, o local não é um micro-organismo fechado, mas um nó numa rede de relações transversais virtuosas e solidárias, visando experimentar práticas de consolidação democrática (entre as quais orçamentos participativos) que permitam resistir à dominação liberal”.

De acordo com Sachs (2009), os ensinamentos de Gandhi também incorporam a lógica de realocar de Latouche. Neles estão contidos os preceitos de “contar consigo mesmo”, mostrando que é possível uma organização local e entre si para uma melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, “que haverão de conjugar-se em formas solidárias na construção de outro mundo” (Leff, 2001: 129).

Em outra perspectiva, o programa da realocação implica a busca da autossuficiência, sobretudo alimentar, depois econômica e financeira. Seria mais conveniente manter e desenvolver a atividade básica em cada região: agricultura e horticultura, de preferência orgânica, respeitando as estações (Latouche, 2009). O comércio local será assim incentivado, uma vez que “um emprego precário gerado nas grandes redes de varejo destrói cinco empregos duradouros nos comércio de vizinhança” (2009: 66).

Em meio as duras críticas levantadas pelos “objeto- res de decrescimento”, Latouche (2009, 109) replica que, “apesar da extrema necessidade, não se vai suprimir do dia para a noite” todos os problemas sociais e ambientais do crescimento. E acrescenta:

“Será preciso tempo para realocar a produção, as trocas, os modos de vida. Trata-se de um desafio, pois apesar da urgência social e ainda que ela mexa no formigueiro político, a política ecológica não pode ser postergada para o longo prazo. Tem de começar hoje e prever suas etapas sem perder o rumo. Aliás, seja qual for a opinião de nossos detratores, a política ecológica não tem dificuldade alguma de integrar a política social. É inclusive a condição de uma mudança que não se limite a um simples rearranjo tosco do sistema (Latouche, 2009: 109)”.

Contudo, a regionalização (ou realocação) significa: menos transporte, cadeias de produção transparentes, incitações a uma produção e a um consumo sustentáveis, uma dependência reduzida dos fluxos de capitais e das multinacionais, e maior segurança em todos os sentidos do termo. Regionalizar e reinserir a economia na sociedade local preserva o meio ambiente, que, em última instância, é a base de toda a economia, propicia para cada um uma abordagem mais democrática da economia, reduz o desemprego, fortalecendo a participação (e, portanto a integração) e consolida a solidariedade, oferecendo novas perspectivas para uma região (Latouche, 2009).

4. CONCLUSÕES

É a própria sobrevivência da humanidade que condena a reintrodução de uma preocupação ecológica no âmago das preocupações social, política, cultural e espiritual da vida humana. Pois trata-se não só de “diminuir a velocidade da acumulação, mas também de questionar o conceito (dominante) para inverter o processo destrutivo” (Latouche, 2009: 128).

Para tanto é preciso descolonizar o imaginário de adoção da modernidade e do progresso, sem ter receio que isso seja um retrocesso (miséria e humilhação), argumento utilizado pelos “objeto- res do decrescimento”, cujo fundamento é incontestável, mas este temor é ilegítimo, pois não se trata de voltar para a penúria intensificada por desigualdades insuportáveis, trata-se de compreender o sentido da vivência de bem-estar, em analogia, se esta “exige necessariamente possuir dez pares de sapatos, com frequência de má qualidade, em vez de um ou dois sólidos” (Latouche (2009:73-4)).

A receita do decrescimento consiste em fazer mais e melhor com menos. Trata-se de consumir menos os recursos naturais limitados do planeta; logo, é preciso redesenhar a economia mundial, o que seria um feito inédito e só poderia acontecer com maciço apoio social e coordenadamente; para tanto, é preciso debater estes temas e encontrar as alternativas mais viáveis enquanto ainda se tem tempo (Cortez, 2009).

Logo, a realização de uma sociedade do decrescimento tem de passar necessariamente por um reencantamento do mundo, pois utilizar maciçamente uma energia fóssil fornecida gratuitamente pela natureza desvaloriza o trabalho humano e autoriza uma predação ilimitada das “riquezas” naturais. Disso resulta uma superabundância artificial desenfreada, “que destrói qualquer capacidade de maravilhamento diante dos dons do ‘criador’ e das capacidades artesanais da habilidade humana” (Latouche, 2009: 149-150).

Portanto, Latouche (2009) afirma que o programa de decrescimento parece paradoxal, pois a implementação de proposições realistas e razoáveis tem pouca chance de ser adotada e menos ainda de culminar numa subversão total. Por isso é necessária a mudança no imaginário que só a realização da utopia fecunda da sociedade autônoma e convivial pode provocar.

REFERÊNCIAS

- Brüseke, Franz Josef (2001), “O problema do desenvolvimento sustentável”, in Cavalcanti, Clóvis (org.), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para Uma Sociedade Sustentável*, São Paulo: Recife-PE, Editora Cortez: Fundação Joaquim Nabuco, pp. 29-40.
- Camargo, Ana Luiza de Brasil (2010), *Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios*, Campinas-SP, Editora Papirus.

- Cavalcanti, Clóvis (1997), “Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva”, in Cavalcanti, Clóvis (org.), *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*, São Paulo: Recife-PE, Editora Cortez: Fundação Joaquim Nabuco, pp. 21-40.
- Cavalcanti, Clóvis (2001), “Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica”, in Cavalcanti, Clóvis (org.), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para Uma Sociedade Sustentável*, São Paulo: Recife-PE, Editora Cortez: Fundação Joaquim Nabuco, pp. 153-174.
- Cortez, Henrique (2009), “Consumo ético: uma forma de ‘indulgência’ ao ‘pecado’ do consumo”, *Revista do Instituto Humanista Unisinos – IHU On Line*, Ano IX, N.º 295 de 1 de junho de 2009, disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1244119191.0988pdf.pdf>>, acesso a 18 Out. 2010.
- Fogliatti, Maria Cristina *et al.* (2008), *Sistema de Gestão Ambiental para Empresas*, Rio de Janeiro, Editora Interciência.
- Gonçalves, Carlos Walter Porto (2002), *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*, São Paulo, Editora Contexto.
- Latouche, Serge (2010), “Comprar, tirar, comprar: la historia secreta de la obsolescência programada” (Documentário), Producción: Davina Breillet, guión y realización: Cosima Dannoritzer, disponível em <<http://www.rtve.es/>>, acesso a 12 Jan. 2011.
- Latouche, Serge (2010), “Decrescimento ou barbárie! Entrevista especial com Serge Latouche”, *Revista IHU on line*, Fórum Brasileiro de Economia Solidária – 08/08/2010, disponível em <<http://fbes.org.br>>, acesso a 23 Set. 2010.
- Latouche, Serge (2004), “La décroissance, une utopie?: entretien avec Serge Latouche”, Production: Editions Montparnasse, disponível em <<http://www.editions-montparnasse.fr/video?v=CNBDAq>>, acesso a 3 Set. 2010.
- Latouche, Serge (2009), *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, São Paulo, Editora WMF Martins Fontes.
- Leff, Enrique (2001), *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*, Petrópolis-RJ, Editora Vozes.
- Lemos, Haroldo Mattos de; Barros, Ricardo Luiz Peixoto de (2007), *O Desenvolvimento Sustentável na Prática*, Rio de Janeiro, Editora Comitê Brasileiro das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
- Lemos, José de Jesus Sousa (2008), *Mapa da Exclusão Social no Brasil: Radiografia de Um País assimetricamente Pobre*, Fortaleza, Editora Banco do Nordeste do Brasil.
- Sachs, Ignacy (2009), *A Terceira Margem: em Busca do Ecodesenvolvimento*, São Paulo, Editora Companhia das Letras.
- Sachs, Ignacy (2004), *Desenvolvimento: Incluyente, Sustentável, Sustentado*, Rio de Janeiro, Editora Garamond.
- Sachs, Ignacy (2010), “Prefácio”, in Veiga, José Eli da, *Desenvolvimento Sustentável: o Desafio do Século XXI*, Rio de Janeiro, Editora Garamond, pp. 9-11.
- Souza, Nali Jesus de (2008), *Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Editora Atlas.
- Stahel, Andri Werner (2001), “Capitalismo e entropia: os aspetos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis”, in Cavalcanti, Clóvis (org.), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para Uma Sociedade Sustentável*, São Paulo: Recife-PE, Editora Cortez: Fundação Joaquim Nabuco, pp. 104-127.
- Veiga, José Eli da (2010), *Desenvolvimento Sustentável: o Desafio do Século XXI*, Rio de Janeiro, Editora Garamond.
- Victorino, Célia Jurema Aito (2000), *Canibais da Natureza: Educação Ambiental, Limites e Qualidade de Vida*, Petrópolis-RJ, Editora Vozes.